



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS
JUDICIAIS
SEDE I - SETOR DE AUTARQUIAS SUL - QUADRA 3 - LOTE 5/6, ED. MULTI BRASIL CORPORATE - CEP 70.070-030
- FONE (61) 2026-8931 / 2026-8038

ATA n. 01/2026/CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS JUDICIAIS

NUP: 00400.000301/2023-25

ATA	
18ª Reunião do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais	

PAUTA		
Item	Assunto	Responsável
	Abertura	Jorge Messias - AGU
1	Trajatória dos Riscos Fiscais e dos Pagamentos Judiciais	Caio Castelliano - AGU
2	Judicialização: Cenário jurisprudencial e legislativo	Caio Castelliano - AGU
3	Centro de Inteligência Contra Litigância Abusiva (Portaria Normativa N° 204/2025)	Caio Castelliano - AGU
4	Ações do 2º ciclo	Leonardo Coutinho - AGU
	Encerramento	

Data	Horário	Local
04/03/2026	10:00 h	Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 6º andar, Gabinete do Ministério da Fazenda

PRESENTES		
Órgão	Representante	Cargo/Função
Advocacia-Geral da União – AGU	Jorge Messias	Advogado-Geral da União
Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	Simone Tebet	Ministra de estado

Ministério da Fazenda – MF	Fernando Haddad	Ministro de Estado
SECRETARIA EXECUTIVA		
AGU – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Caio Castelliano	Secretário de Governança e Gestão Estratégica
AGU – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Leonardo Coutinho	Coordenador-Geral de Mitigação e Detecção de Riscos
OUTROS PARTICIPANTES		
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Anelize Lenzi Ruas de Almeida	Procuradora-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Paulo Victor Cabral de Freitas	Coordenador-Geral de Jurimetria e Riscos Fiscais Judiciais
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Raquel Godoy de Miranda Araújo	Procurador(a)-Geral Adjunta de Estratégia e Representação Judicial
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Mychelle Celeste Rabelo de Sá	Subsecretária de Pessoal e Sentenças
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Pablo da Nóbrega	Coordenador-Geral de Despesas com Sentenças Judiciais e Demais Encargos
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Flávia Amaral	Analista de Planejamento e Orçamento
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Ediara De Souza Barreto	Consultora Jurídica Adjunta
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Edilson Pereira de Oliveira Filho	Coordenador de Assuntos Legislativos
Advocacia-Geral da União – AGU	Paulo Mendes	Adjunto do Advogado-Geral da União

ABERTURA

No dia 4 de março de 2026, às 10h, reuniram-se na Sala de Reunião do Gabinete do Ministro da Fazenda os membros nominados na lista de presença e demais convidados, para a 18ª Reunião do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais.

Ocorreram debates a respeito dos itens que se seguem.

ITEM 1 – Trajetória dos Riscos Fiscais e dos Pagamentos Judiciais

O Secretário de Governança e Gestão Estratégica da AGU, Caio Castelliano, conduziu a apresentação ressaltando as conquistas obtidas após a criação do Conselho que resultou no decréscimo de 36% (2022 a 2025) dos valores de Riscos Fiscais Judiciais, totalizando um montante de 1,25 trilhão de reais.

Adicionalmente apontou que após vários exercícios de consistente crescimento de pagamentos judiciais (precatórios e RPVs) os últimos períodos disponíveis, precatórios expedidos e RPVs pagas em 2025, apresentaram queda nominal nos valores.

A despeito dos bons resultados, ressaltou que o número de processos novos na Advocacia-Geral da União permanece em ritmo relevante de crescimento.

ITEM 2 – Judicialização: cenário jurisprudencial e legislativo

Em sequência o Secretário de Governança e Gestão Estratégica atualizou os participantes a respeito da situação atual e prognósticos de ações de controle concentrado e iniciativas legislativas em tramitação no Congresso Nacional que tem potencial de gerar impactos relevantes nas contas públicas e na judicialização contra a União.

Após debates restou claro que há importante espaço para atuação no Supremo Tribunal Federal visando mitigar riscos de impactos nas contas públicas e na judicialização contra a União.

ITEM 3 – Centro de Inteligência Contra Litigância Abusiva (Portaria Normativa N° 204/2025)

Em continuidade houve relato sobre o processo de implementação do Centro de Inteligência Contra Litigância Abusiva na AGU, resultados preliminares e os futuros andamentos.

ITEM 4 – Ações do 2º ciclo

Por fim, o Coordenador-Geral de Detecção e Mitigação de Riscos da AGU, Leonardo Coutinho, relatou o andamento das ações constantes do 2º ciclo.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS E ENCERRAMENTO

QUADRO RESUMO - ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES	
Item	Encaminhamento
1	Permanecer com atuação no Supremo Tribunal Federal em ações com potencial para mitigar riscos de impactos nas contas públicas e na judicialização contra a União

Não havendo nada mais o que tratar eu, Caio Castelliano de Vasconcelos, Secretário de Governança e Gestão Estratégica, lavrei a presente ata.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00400000301202325 e da chave de acesso 36ce8d7d



Documento assinado eletronicamente por CAIO CASTELLIANO DE VASCONCELOS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3128531872 e chave de acesso 36ce8d7d no endereço eletrônico <https://supersapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAIO CASTELLIANO DE VASCONCELOS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 10-03-2026 15:02. Número de Série: 65635031372271175007508848075. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.